



## **CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL**

### **AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA IGREJA DO BRASIL**

#### **7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente**

**Brasília, DF, 23 a 26 de novembro de 1982**

### **INTRODUÇÃO**

1. As Comunidades Eclesiais de Base constituem hoje, em nosso país, uma realidade que expressa um dos traços mais dinâmicos da vida da Igreja e, por motivos diversos, vai despertando o interesse de outros setores da sociedade.

2. Podemos fazer nossas as palavras dos Bispos em Puebla: “As comunidades de base que, em 1968, eram apenas uma experiência incipiente, amadureceram e multiplicaram-se. Em comunhão com os seus bispos, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e desenvolvimento” (Puebla 96)<sup>1</sup>.

3. Fenômeno estritamente eclesial, as CEBs em nosso país nasceram no seio da Igreja/instituição e tornaram-se “um novo modo de ser Igreja”. Pode-se afirmar que é ao redor delas que se desenvolve, e se desenvolverá cada vez mais, no futuro, a ação pastoral e evangelizadora da Igreja.

4. Fator de renovação interna e novo modo de a Igreja estar presente ao mundo, elas constituem, por certo, um fenômeno irreversível, senão nos detalhes de sua estruturação, ao menos no espírito que as anima.

5. Como pastores, atentos à vida da Igreja em nossa sociedade, queremos olhá-las com carinho, estar à sua escuta e tentar descobrir através de sua vida, tão intimamente ligada à história do povo na qual elas estão inseridas, o caminho que se abre diante delas para o futuro.

6. Este documento tem abrangência e alcance limitados. Não quisemos encarar aqui todos os aspectos de organização, de vida e de criatividade das CEBs. Nem entramos nas diferenças entre os vários tipos de comunidades.

As CEBs terão outras oportunidades para exprimir a experiência que vivem, os obstáculos que encontram e as esperanças que guardam. Neste documento, portanto, queremos apenas refletir sobre a caminhada das CEBs à luz dos documentos da Igreja; explicitar sua eclesialidade; e abordar alguns problemas emergentes que exigem melhor elucidação.

Ao fazer isto, queremos colaborar para as comunidades permanecerem fiéis às suas origens e ajudar toda a Igreja do Brasil a compreender melhor a riqueza desse dom do Espírito.

### **AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO BRASIL: ORIGEM E CAMINHADA**

7. As CEBs não surgiram como produto de geração espontânea, nem como fruto de mera decisão pastoral. Elas são o resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais que implicam toda a Igreja – povo de Deus, pastores e fiéis – na qual o Espírito opera sem cessar.

8. Já o Plano de Emergência (1962) afirmava: “Urge vitalizar e dinamizar nossas paróquias, tornando-as instrumentos aptos a responder à premência das circunstâncias e da realidade em que nos encontramos”. Um dos caminhos propostos para isso era fazer da paróquia “uma comunidade de fé, de culto e de caridade” para que se tornassem “fermento da comunidade humana”.

9. Recomendava-se “identificar as comunidades naturais e iniciar o trabalho a partir da realidade que apresentam”. “Nestas comunidades abertas à evangelização, os elementos dinâmicos irão ajudar a despertar e formar líderes das novas comunidades. Aos leigos cabe nestas comunidades um papel muito decisivo” (5.5).

– “Observar que a conquista das comunidades pagãs ou indiferentes dos centros urbanos será feita de preferência por penetração das comunidades naturais. O método mais seguro é a evangelização partindo dos problemas de vida” (5.6).

10. Nestas afirmações já se encontravam, em germe, alguns traços constitutivos do que viria a ser a comunidade eclesial de base.

11. O Concílio Vaticano II, eminentemente pastoral, provocou um grande impacto na Igreja. Suas grandes idéias-chave trouxeram a fundamentação teológica para a intuição, já sentida na prática, de que a renovação pastoral deve se fazer a partir da renovação da vida comunitária e de que a comunidade deve se tornar instrumento de evangelização.

12. As CEBs nasceram nutridas por estas idéias-chave, entre as quais se podem salientar:

– A Igreja como povo de Deus, no qual “a cada um é dada a manifestação do Espírito para a utilidade comum” (1Cor 12,7).

– A Igreja como “sacramento ou sinal e instrumento da união profunda com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1)<sup>2</sup> Dito de outra maneira: a Igreja como comunhão profunda de pessoas tornada visível na comunidade participante e responsável.

– O papel insubstituível do leigo e sua missão específica na Igreja e no mundo (LG 31; AA 2)<sup>3</sup>.

A função da Igreja, que caminha juntamente com a humanidade inteira, experimenta com o mundo a mesma sorte terrena e é “como que o fermento e a alma da sociedade humana” (GS 40)<sup>4</sup>. História humana e história da salvação se integram.

De forma privilegiada, as CEBs redescobrem, na leitura bíblica, o aspecto libertador da História da Salvação. Vêem sua própria caminhada prefigurada no êxodo do povo de Israel e atualizada na vivência do Mistério Pascal de Jesus Cristo. Assumem sua luta pela justiça como realização do profetismo na sociedade de hoje. Redescobrem também a vivência fraterna das comunidades primitivas que se encontravam na oração e na fração do pão, partilhavam seus bens e viviam unidos num só coração e numa só alma (At 2,42-47)<sup>5</sup>.

13. O Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB P.P.C., (1966-1970), – que tinha como objetivo criar os meios e condições para que a Igreja do Brasil se ajuste à imagem da Igreja do Vaticano II, afirmava: “A Igreja é e será sempre uma comunidade. Nela estará sempre presente e atuante o ministério da Palavra, a vida litúrgica e especialmente eucarística, a ação missionária, a formação na fé de todos os membros do Povo de Deus, a presença de Deus no desenvolvimento humano, a organização visível da própria comunidade eclesial” (P.P.C. p. 27).

14. A extensão geográfica e a densidade populacional da paróquia constituem um obstáculo à vivência da comunidade. Então diz o Plano: “Faz-se urgente suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base onde os cristãos não

sejam pessoas anônimas, se sintam acolhidas e responsáveis e delas façam parte integrante, em comunhão de vida em Cristo e com todos os seus irmãos" (P.P.C. p.38-39).

15. Aparecem em filigrana duas idéias que vão tornar-se, mais tarde, os eixos da ação pastoral no Brasil e mesmo no continente latino-americano: "comunhão e participação".

16. Referindo-se às experiências incipientes das CEBs, Medellín (1968) justificava por diversos motivos pastorais seu desenvolvimento, assumindo plenamente a eclesiologia do Concílio nas escolhas pastorais propostas. "A comunidade eclesial de base deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial da estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial da promoção humana e desenvolvimento (15.III.1)<sup>6</sup>.

17. Sintonizando com o Concílio que afirmava "o direito de todos à civilização humana, conveniente à dignidade da pessoa, sem discriminação de sexo, nação, religião ou condição social, o mérito particular de Medellín foi ter ouvido o grito das situações desumanas do continente e lhe ter dado o acolhimento oficial da Igreja.

18. Em sua mensagem final ao povo da América Latina, dizem os Bispos: À luz da fé que professamos como fiéis, fizemos um esforço para descobrir o Plano de Deus nos "sinais de nossos tempos". Interpretamos que as aspirações e clamores da América Latina são sinais que revelam a orientação do Plano divino operante no amor redentor de Cristo que funda estas aspirações na consciência de uma solidariedade fraterna.

19. Nos sucessivos Planos de Pastoral de nossa Conferência Episcopal, mereceram as CEBs, uma atenção crescente até serem assumidas como "prioridade" nos 3º e 4º Planos Bienais.

20. O Sínodo dos Bispos de 1974, ao tratar da evangelização no mundo de hoje, refletiu sobre as experiências de CEBs que se realizavam um pouco em toda parte. A partir dos dados do Sínodo, Paulo VI escreveu a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (*A evangelização no mundo contemporâneo*). Depois de expor as novas dimensões da evangelização em nosso tempo, o Santo Padre, como que dando às CEBs o título de reconhecimento oficial, indicava-lhes condições de ser lugar e meio de evangelização.

21. Em sua caminhada, as nossas CEBs puderam se apoiar nessas orientações claras e seguras de "Evangelii Nuntiandi" e aproveitar toda a reflexão de estudos e documentos da CNBB, bem como de múltiplos e variados encontros das próprias CEBs.

22. Com Puebla, podemos constatar: "Nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na Eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive" (Puebla 640)<sup>7</sup>.

23. Revendo os passos feitos no decorrer destes vinte anos, não parece ousado afirmar que as nossas CEBs, inspirando-se nos ensinamentos do Concílio, tornaram-se instrumentos da construção do Reino e concretização das esperanças de nosso povo.

## **A ECLESIALIDADE DAS CEBs**

24. Em sua viagem pastoral ao Brasil, o Santo Padre entregou aos Bispos uma mensagem para os líderes das comunidades de base. Nesta, o Santo Padre reafirma sua confiança nas CEBs e se detém particularmente no aspecto de sua eclesialidade.

25. "Entre as dimensões das Comunidades Eclesiais de Base, julgo conveniente chamar a atenção para aquela que mais profundamente as define e sem a qual se esvairia sua

identidade: a eclesialidade. Sublinho essa eclesialidade, porque está explícita já na designação que, sobretudo na América Latina, as comunidades receberam. Ser eclesiais é sua marca original e seu modo de existir e operar. E a base a que se referem é de caráter nitidamente eclesial e não meramente sociológico ou outro” (n.3).

26. Também nós, bispos, ao olharmos cheios de alegria e esperança para as CEBs, gostaríamos de recordar com especial empenho este aspecto consciente de estarmos, assim, garantindo sua vitalidade profunda.

27. “Uma delicada atenção e um sério e corajoso esforço para manter em toda a sua pureza a dimensão eclesial dessas comunidades é um eminente serviço que se presta, de uma parte, a elas próprias, e, de outra parte, à Igreja. A elas, porque preservá-las em sua identidade eclesial é garantir-lhes a liberdade, a eficácia e a própria sobrevivência. À Igreja, porque só servirão à sua missão essencial de evangelização comunidades que vivem autenticamente a inspiração eclesial sem dependências de outra ordem. Aquela atenção e aquele esforço são um dever sagrado do sucessor de Pedro, por força de sua 'solicitude por todas as Igrejas' (2 Cor 11,28)<sup>8</sup>. São um dever de cada bispo em sua diocese e dos Bispos, colegialmente unidos, no âmbito de uma nação. São um dever também dos que têm alguma responsabilidade no seio das próprias comunidades” (n.4).

28. As notas características de uma verdadeira comunidade eclesial foram explicitadas por Paulo VI na Exortação Apostólica *A evangelização no mundo contemporâneo* (EN 58)<sup>9</sup>. João Paulo II recorda seus pontos principais: “Essa eclesialidade se concretiza em uma sincera e leal vinculação da comunidade aos seus legítimos pastores, em uma fiel adesão aos objetivos da Igreja, em uma total abertura às outras comunidades e à grande comunidade da Igreja universal, abertura que evitará toda tentação de sectarismo” (Do livro Pronunciamentos do Papa, 929-2930)<sup>10</sup>.

29. Já em Puebla, os bispos da América Latina se perguntavam: “Quando é que uma pequena comunidade pode considerar-se verdadeira comunidade eclesial de base?” e respondiam:

30. “A CEB, como comunidade, integra famílias, adultos e jovens em estreito relacionamento interpessoal na fé. Como eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre com a Eucaristia, ponto culminante dos demais sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, mediante a solidariedade e o compromisso com o mandamento novo do Senhor; torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, através do serviço de coordenadores aprovados. É de base por estar constituída por um pequeno número de membros em forma permanente e como célula da grande comunidade” (Puebla 641)<sup>11</sup>.

31. As CEBs que têm garantido essas características fundamentais têm, igualmente, experimentado uma grande vitalidade. Ela será tanto maior quanto mais intensa for a eclesialidade vivida na prática comunitária do Povo de Deus, sobretudo dos mais pobres e humildes. Fiéis às condições essenciais que as definem como Igreja, as CEBs têm demonstrado grande riqueza e criatividade em sua maneira de ser e viver a vocação de Igreja presente no mundo.

32. Reconhecem serem convocadas e alimentadas pela Palavra, sobre a qual refletem sob a ação do Espírito em vista à conversão pessoal e social.

33. Escutam a realidade, agem sobre ela e buscam transformá-la quando a situação exigir. Na base dessa ação sobre a realidade está a convicção de que Deus nos fala também pelos acontecimentos e nos chama a construir uma sociedade conforme o seu desígnio.

34. Estão ligadas entre si, com a paróquia, com a Igreja particular em que se inserem, com a Igreja universal, mantendo uma comunhão sincera com seus pastores.

35. Crescem na consciência do dever missionário. "Procurando, pela potência da mensagem que proclamam, converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios" (EN 18)<sup>12</sup>, elas evangelizam.

36. Celebram os acontecimentos diários como sinais da presença de Deus, tendo na Eucaristia a raiz e o cume da vivência fraterna.

37. Expressam sua caridade através do serviço: "Serviço mútuo no interior e serviço às comunidades humanas maiores nas quais elas estão inseridas como fermento, sinal e compromisso com a libertação do homem todo e de todos os homens".

38. Qualquer que seja o caminho escolhido para sua realização, elas se esforçam em reproduzir na sua vida o próprio mistério da Igreja. Por isso, as CEBs no Brasil querem ser: comunidades de fé e de culto, sacramento da presença salvífica de Deus na história dos homens.

39. Diz a "Lumen Gentium": "Em todas as legítimas comunidades locais de fiéis, que, unidas aos seus Pastores, são também no Novo Testamento chamadas de 'Igreja', está verdadeiramente presente a Igreja de Cristo... Estas são, em seu lugar, o povo novo, chamado por Deus no Espírito Santo e em grande plenitude (cf. 1Ts 1,5)<sup>13</sup>. Nelas se reúnem os fiéis pela pregação do Evangelho de Cristo... Nelas se celebra o mistério da ceia do Senhor... Nelas se manifesta o símbolo daquela caridade e 'unidade do corpo místico sem a qual não pode haver salvação'... Nestas comunidades, embora muitas vezes pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão, está presente o Cristo, por cuja virtude consorcia a Igreja una, santa e apostólica" (LG 26)<sup>14</sup>.

40. Células vivas da Igreja, as CEBs, em seu conjunto, têm se constituído num fermento de espírito e de vida comunitária nas várias esferas da vida eclesial. Têm colaborado poderosamente na renovação das paróquias e dos vários processos pastorais, no sentido de uma crescente comunhão e participação. Em muitas partes, a pastoral de grupos se liga às CEBs como etapa preparatória de sua configuração. A pastoral vocacional e os novos ministérios recebem das CEBs um novo impulso e um campo muito concreto de desenvolvimento.

Na prática de sua vida elas têm encontrado surpreendentes caminhos de uma evangelização, catequese e liturgia encarnadas, muito ligadas à palavra de Deus. Em sua "fome e sede de justiça", têm encontrado caminhos de uma prática ecumênica concreta. Desenvolvem, ainda, um fenômeno de intercomunicação participativa e da formação do senso crítico diante da massificação dos meios de comunicação. No constante esforço de atuar, refletir e celebrar, as CEBs são uma alternativa de educação para os que buscam uma sociedade nova, onde o individualismo, a competição e o lucro cedem lugar à justiça e à fraternidade.

41. De tudo isso ressalta, com renovada clareza, a responsabilidade de todos aqueles presbíteros, religiosos e leigos que, nas CEBs, exercem, em diversos níveis, o papel de animadores. Deles se requer uma profunda fidelidade à Igreja ao mesmo tempo que uma grande abertura para novas maneiras de concretizar, na prática, sua dimensão comunitária e missionária. Citando a mensagem do Santo Padre, lembraríamos que o animador da comunidade de base, "muito mais que um mestre, é uma testemunha: a comunidade tem o direito de receber dele o exemplo persuasivo de vida cristã, de fé operosa e irradiante, de esperança transcendente, de amor desinteressado. Que ele seja, ademais, um homem que crê na oração e que reze" (Mensagem aos líderes das Comunidades de Base, n.12).

42. Em sua caminhada, a fidelidade das CEBs é constantemente posta à prova em nossa sociedade cada vez mais pluralista e profundamente marcada por conflitos. A urgência de certos problemas vitais e a tentação de soluções simplistas representam riscos aos quais as comunidades devem estar atentas. Queremos, a seguir, refletir sobre alguns aspectos

que nos parecem importantes, para que a caminhada das CEBs não só não se desvirtue mas, ao contrário, se firme e se torne mais fecunda.

## **ALGUNS ASPECTOS PARTICULARES DA PASTORAL DAS CEBs**

### **A CEB e os pobres**

43. Desde seu início, as CEBs floresceram mais entre as populações simples e pobres. Várias razões estão na raiz desse fato. Em um primeiro momento, foi, sobretudo, junto às populações dispersas pelo interior que as CEBs se firmaram. A ausência de um vigário residente levou mais rápido os leigos a assumir ministérios e a colocar a força da Igreja na comunidade dos irmãos. Padres e religiosos passaram, então, a assumir mais o papel de animadores de lideranças locais, deixando maior espaço para os leigos. Também nas periferias pobres das grandes cidades as CEBs passaram a florescer com intensidade. Aí, a tendência centralizadora da estrutura paroquial tradicional é menos sentida, pois o fenômeno da urbanização é recente e já encontrou uma Igreja com nova consciência comunitária e missionária.

44. Mas a aproximação das CEBs com o povo simples e pobre tem, sobretudo, uma conotação evangélica profunda. Na Bíblia, a posição privilegiada dos pobres é manifestação da misericórdia de Deus, que toma a defesa dos desamparados porque sua causa é justa.

45. Por outro lado, os pobres vivem mais os valores da fraternidade, da entreeajuda e do serviço, que são determinantes nessa nova maneira de ser Igreja. Igualmente, conservam maior abertura e disponibilidade para as coisas de Deus em termos de interesse e tempo.

46. Além disso, a simplicidade das CEBs, tanto em sua dimensão e estrutura, como em sua linguagem, vivência e clima, corresponde mais à sua maneira espontânea e simples de viver. Isso levou as CEBs a ser lugar de grande integração na Igreja das pessoas simples, iletradas e pobres como membros participantes e ativos. Na estrutura paroquial, os pobres em geral se mantinham mais à distância, mais como destinatários que agentes da evangelização, mais beneficiários que responsáveis pelos vários serviços.

47. Por tudo isso, os Bispos em Puebla puderam afirmar: “As CEBs são expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples: nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo” (Puebla 643)<sup>15</sup>.

48. Não seria certo, porém, concluir-se daí que as CEBs só são possíveis entre as classes pobres. Pior ainda seria pensar-se em duas igrejas irredutíveis entre si: uma dos pobres, nas CEBs, e outra das classes médias ou ricas, na paróquia e outras organizações.

49. Seria desfigurar a própria natureza das CEBs, isolá-las dentro da Igreja ou dar-lhes como conteúdo primordial e constitutivo uma conotação sociológica. Lembrando as palavras do Papa Paulo VI na *Evangelii Nuntiandi*, repetimos que é preciso evitar “o perigo, por demais real, de se isolarem em si mesmas e, depois, de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por consequência, perigo de anatematizarem as outras comunidades” (EN 58)<sup>16</sup>.

50. Assim, as CEBs colaborarão “para benefícios das comunidades mais amplas, especialmente das igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal” (EN 58)<sup>17</sup>.

51. O fundamento das CEBs se dirige como ideal a todos os cristãos. Todos são chamados a viver intensamente a comunhão fraterna e a integração entre fé e História a partir da realidade e da vida concreta. Nesse sentido, a pastoral das CEBs interpela evangelicamente a pastoral paroquial tradicional, os grupos e movimentos de igreja que,

por seu feitio e linguagem, guardam maior proximidade com pessoas que pertencem a outras classes sociais.

52. Sobretudo, as CEBs são uma promessa rica de sugestões para uma redefinição da pastoral urbana cada vez mais urgente. Como diz Puebla: “Em especial, é preciso procurar como possam as pequenas comunidades, que se multiplicam sobretudo na periferia e nas zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso Continente” (Puebla 648)<sup>18</sup>.

53. Isso, certamente, não se fará às custas do espaço conquistado, na Igreja, pelo povo simples e pobre em suas CEBs, e nem repetindo simplesmente sua caminhada. Será fruto de uma busca fraterna e participada por toda a Igreja. O ponto de convergência dessa busca é, certamente, uma vida mais evangélica, capaz de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna: “Os cristãos unidos em comunidades eclesiais de base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, ‘a civilização do amor’” (Puebla 642)<sup>19</sup>.

54. As CEBs serão, então, evangelizadoras do mundo: “Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo, qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem” (Puebla 273)<sup>20</sup>.

### CEB e dimensão sócio-política da evangelização

55. A caminhada das CEBs tem seguido, passo a passo, a explicitação da missão evangelizadora da Igreja. Desde o início elas se apresentaram como uma proposta de assumir o global da vida, superando o espiritualismo desencarnado. O esforço das pequenas comunidades rurais do início, no sentido de criar condições mais humanas de vida, refletia bem a consciência da Igreja da época conciliar de que a evangelização tem implicações diante do subdesenvolvimento de vastas regiões do mundo.

56. As CEBs refletiam assim, em escala pequena e local, a tomada de consciência de toda a pastoral da Igreja como agente de desenvolvimento e promoção do homem. Medellín vê nas CEBs “célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fato primordial de promoção humana e desenvolvimento” (Medellín, 15, III, 1)<sup>21</sup>.

57. O empenho das atuais CEBs na luta pela justiça e na libertação integral do homem reflete uma análise mais precisa da realidade social vista como fruto de injustiça das estruturas e opressões dos pobres. Também aqui as CEBs refletem a consciência da Igreja em termos de missão evangelizadora. “A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão construtiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas” (Sínodo, Justiça no Mundo, n.6; EN 30 e 31)<sup>22</sup>.

58. “São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos Bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado 'Terceiro Mundo', com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à

margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente intercâmbios comerciais, situações de neocolonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os Bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de enviar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização” (EN 30)<sup>23</sup>.

59. “Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade; como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover, na justiça e na paz, o verdadeiro e o autêntico progresso do homem?

Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade.

60. Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa” (EN 31)<sup>24</sup>.

61. A presença da Igreja no campo social só se completa com a atuação concreta, como diz Paulo VI: “No campo social a Igreja sempre teve uma dupla preocupação: iluminar os espíritos... e entrar na ação para difundir as energias do Evangelho” (OA 48)<sup>25</sup>.

62. A Igreja tem, igualmente, consciência da dimensão política da pregação do Evangelho. “A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo a conduz a se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do país, na medida mesma em que esses problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética” (Reflexão cristã sobre a conjuntura política – Conselho Permanente 1981, n. 2)<sup>26</sup>.

“A Igreja não é intérprete de aspirações partidárias, nem mediadora de facções políticas. Isto não significa, porém, que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretense apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja” (Reflexão cristã sobre a conjuntura política – Conselho Permanente 1981, n. 6)<sup>27</sup>.

63. A dimensão sócio-política presente, portanto, na atuação das CEBs, é, de si, a mesma que deve estar presente em outras comunidades eclesiais e organismos de evangelização. O novo que as CEBs trouxeram foi o fato de oferecerem, dentro da Igreja, um espaço para o próprio povo simples participar da evangelização da sociedade através da luta pela justiça. Nesse sentido, as CEBs têm se manifestado como lugar privilegiado de educação para a justiça e como instrumento de libertação.

64. Mas, tanto as CEBs como as demais comunidades eclesiais, precisam estar atentas para que esse tipo de atuação, exigência da fé, se mantenha fiel à própria fé, seja quanto ao conteúdo, seja quanto aos métodos.

65. Nunca será demais aprofundar a plena dimensão da libertação que se busca. É preciso superar constantemente a tentação “de reduzir a missão da Igreja às dimensões de um projeto puramente temporal; de reduzir seus objetivos a uma perspectiva antropocêntrica; a salvação, da qual é anunciadora e sacramento, a um bem-estar material; sua atividade – esquecendo toda preocupação espiritual e religiosa – a iniciativas de ordem política ou social. Se isso fosse assim, a Igreja já perderia sua significação mais profunda. Sua mensagem de libertação não teria nenhuma originalidade e se prestaria a ser abafada ou manipulada pelos sistemas ideológicos e pelos partidos políticos” (EN 32)<sup>28</sup>.

66. Também a CEB perderia sua identidade se seu ideal de libertação não for o da plena libertação do homem em Cristo. Por isso, as CEBs devem estar sempre atentas em sua revisão para descobrir se é o global das exigências da fé que orienta sua vida e atuação ou se sua atividade se consome em empreendimentos de cunho social.

67. É necessário que a preocupação com o aprofundamento da palavra, a educação da fé, a conversão do coração, a celebração dos sacramentos, a oração façam parte da vida da comunidade e inspirem toda sua atuação social e política em vista do bem comum.

68. Aqui também nossa palavra se dirige mais diretamente aos animadores e agentes de pastoral das comunidades. O povo mesmo das comunidades nem conseguiria separar Deus e a salvação em Jesus Cristo de toda sua luta e caminhada. Aos agentes mais categorizados compete, com amor evangélico, zelar para que ideologias estranhas ou manipulações políticas não desfigurem a comunidade.

É preciso voltar sempre às fontes eclesiais da comunidade. Essas fontes constantemente darão “uma inspiração de fé, uma motivação de amor fraterno, uma doutrina social a que o verdadeiro cristão não pode deixar de estar atento, mas que deve tomar como base da própria prudência e experiência a fim de a traduzir concretamente em categorias de ação, de participação e de compreensão” (EN 38)<sup>29</sup>.

69. Ninguém veja nessas palavras uma reserva à atuação dos cristãos e das CEBs no campo sócio-político. Muito ao contrário, elas querem incentivar essa atuação e garantir sua força interior, que será tanto mais vigorosa quanto mais verdadeiramente evangélica.

### **As CEBs, a luta comum pela justiça e os movimentos populares**

70. O Reino de Deus é mais amplo que a Igreja visível e seu conteúdo primeiro é tudo o que é fruto de verdade, justiça e amor, onde quer que isso aconteça. Igualmente, sua realização é obra do Espírito através dos cristãos, mas também através de todo homem de boa vontade. Igualmente a CEB, pequena igreja local, não pode arrogar-se o monopólio do Reino de Deus só para e no lugar ou ambiente onde existe e atua.

71. Como Igreja, a CEB é sinal e instrumento do Reino, é aquela pequena porção do povo onde a palavra de Deus é explicitamente acolhida e celebrada nos sacramentos, sinais da fé sobretudo na Eucaristia.

72. Para ser membro de uma CEB, não basta, portanto, a prática da justiça. É preciso mais, é preciso explicitar essa prática na pessoa e na obra de Cristo. Igualmente, não basta a uma CEB promover os valores do Reino. Para ser fiel à sua identidade, essa promoção tem de guardar uma relação constante e explícita à pessoa e missão de Jesus Cristo, Filho de Deus, e seu mistério pascal, através do qual se deu a instauração do Reino de Deus na humanidade. Toda a vida das CEBs deve ser direcionada para o Reino de Deus, mas firmemente enraizada na celebração e aprofundamento da fé.

73. No anúncio e promoção dos valores do Reino, os membros da CEB e a própria CEB se encontrarão com pessoas e grupos que lutam pelos mesmos valores, ou semelhantes, mas que não comungam da mesma fé ou são membros de outras igrejas.

O campo da promoção da justiça e da dignidade da pessoa humana são campos privilegiados de colaboração fraterna entre as igrejas cristãs e destas com todos os homens de boa vontade. Conservando sua própria identidade, as CEBs devem se abrir para reflexão e atuação conjunta em tudo o que for benefício da pessoa humana.

74. Mais delicado se torna o problema quando se trata de colaboração com grupos ideológicos fechados em si mesmos e, sobretudo, com grupos que explicitamente repudiam a fé e a abertura para Deus. Sem negar os valores que tais grupos trazem, é preciso sempre distinguir o nível e a possibilidade de colaboração. Se com alguns grupos não explicitamente cristãos elas podem assumir a realização de projetos concretos, com outros, por vezes, essa colaboração não poderá ir além de uma concordância quanto a certos objetivos válidos, deixando sempre clara a profunda divergência na concepção de mundo, de homens e de seu destino.

75. Na prática, hoje, as CEBs que congregam as pessoas pobres e simples da periferia e zona rural precisam se situar diante dos movimentos populares que mais recentemente têm emergido como instrumento das lutas do povo por uma sociedade mais justa. Muitos membros e líderes desses movimentos pertencem às CEBs e foram mesmo despertados dentro delas. Por outro lado, circunstâncias anteriores fizeram com que pessoas de boa vontade, mas sem fé, participassem das promoções das CEBs que, como Igreja, constituíam o único lugar tolerado de atuação social.

76. Sem destruir os laços fraternos criados e sem prejudicar os passos dados, é necessário manter clara a distinção entre CEBs e movimentos populares. Os movimentos populares são movimentos sociais entre as classes mais pobres e seus objetivos são a libertação e promoção sócio-política do povo. Eles não são movimentos de Igreja, não dependem dela em sua organização e atuação, tendo plena autonomia com relação à Igreja.

As CEBs precisam tomar consciência disto para não ocupar um espaço que não é seu e imprimir um ritmo de vida eclesial a um movimento secular. Da mesma forma, as CEBs perderiam sua identidade se, para se acomodar aos movimentos populares, alterassem seu modo de vida e seus valores explícitos de fé.

77. Isso posto, vale plenamente para as CEBs tudo o que a Igreja ensina sobre a presença e atuação dos cristãos na estrutura e organização do mundo. Nesse sentido, os movimentos populares, as promoções de bairro, os ambientes de trabalho e convivência são campos a serem fermentados pelas CEBs com o fermento e as energias do Evangelho com relação à libertação integral do homem.

### **As CEBs e os movimentos de leigos**

78. Constatamos com alegria que as CEBs abriram um novo e fecundo espaço de participação dos leigos na Igreja. Isso acontece não só pela participação mais ativa que as CEBs oferecem por sua dimensão mais humana e pela proximidade da vida da pessoa, mas também porque propicia uma nova e mais variada distribuição dos vários serviços e ministérios eclesiais. Essa maior participação dos leigos e o surgimento de novos ministérios são dois frutos da maior significação na vida da Igreja.

79. Isso não quer dizer, porém, que as CEBs sejam um novo movimento de leigos. A CEB não é um movimento, é nova forma de ser Igreja. É a primeira célula do grande organismo eclesial ou, como diz Medellín, "a célula inicial de estruturação eclesial". Como Igreja, a CEB guarda as características fundamentais que Cristo quis dar à comunidade eclesial. A CEB é uma maneira nova de realizar a mesma comunidade eclesial que é o Corpo de Cristo. Por isso mesmo, o ministério pastoral ou hierárquico faz parte da CEB.

O Bispo ou o padre não são de fora, não são meros assessores ou acompanhantes. Sua presença, mesmo não contínua, tem um sentido especial e único, já que, como em qualquer comunidade eclesial, eles tornam presente o Cristo cabeça.

80. Para as CEBs, portanto, não basta que, como qualquer movimento cristão, estejam unidas a seus Bispos e padres. As CEBs são células do corpo eclesial e por isso, guardam laços de natureza mais íntima no relacionamento com os pastores que, em nome do Senhor, estão à frente das Igrejas. Isso não suprime a justa autonomia das CEBs no desenvolvimento de sua vida e missão própria, mas acarreta especiais exigências de comunhão e corresponsabilidade eclesial.

81. A par disso, é preciso igualmente enfatizar que nas CEBs há especiais condições de o leigo crescer e se formar membro adulto de uma comunidade eclesial, sem abdicar de sua vocação e papel em mãos da hierarquia. Como, igualmente, nas CEBs há melhores condições de os ministros exercerem seu serviço sem abafar a criatividade, a iniciativa e a participação dos leigos. Por isso mesmo, as CEBs sempre foram e são vistas como forma excelente de realização do ideal de comunidade eclesial.

82. Aí toda a comunidade tem real oportunidade de assumir sua missão e as várias vocações e ministérios colaboram para a edificação e vitalidade constante das mesmas. Dessa maneira as CEBs, ao contrário de poderem dispensar o ministério hierárquico, exigem um ministério mais disponível, mais dedicado, capacitado para o crescimento da fé, a celebração viva dos sacramentos, e a caminhada da comunidade em comunhão com as outras comunidades da Igreja Particular na fidelidade à sua vocação eclesial.

### **A coordenação e responsabilidade última nas CEBs**

83. Como os Bispos reunidos em Puebla repetimos que “como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o espírito de Medellín e os critérios da ‘Evangelii Nuntiandi’; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas” (Puebla 648)<sup>30</sup>. Estamos cada vez mais convictos da imensa riqueza que as CEBs podem trazer para nossas igrejas do Brasil e para a revitalização da ação evangelizadora. Em nossas dioceses experimentamos uma imensa alegria quando entramos em contato mais direto com as CEBs nas visitas pastorais e nos trabalhos de evangelização. Notamos também que essa alegria é de todo o povo que quer viver em íntima comunhão com seus pastores. Se vez por outra alguma dificuldade é sentida, isso não é específico das CEBs mas pode acontecer com qualquer outra comunidade eclesial. São sinais de uma comunhão ainda imperfeita que exige uma conversão maior de todos. Mas a pastoral das CEBs é sempre mais parte orgânica de nossa pastoral, com muita frequência figurando mesmo como área prioritária.

84. Nos últimos anos, algumas igrejas começaram a promover encontros intereclesiais de comunidades de base reunindo comunidades de várias dioceses. Posteriormente, participantes desses encontros continuaram promovendo encontros de nível nacional, pedindo a uma determinada Igreja Particular que os acolhesse. Esses encontros são preparados por encontros diocesanos e regionais onde se buscam representantes para os encontros nacionais.

85. Esse fato tem um aspecto altamente positivo enquanto dinamiza, aprofunda e sustenta o ânimo das comunidades que dão, igualmente, um testemunho de vitalidade e ardor pelo Evangelho a toda a Igreja. Igualmente, os encontros nacionais têm contado sempre com a presença de Bispos que os têm acompanhado.

86. Há, porém, alguns outros aspectos que, a esta altura de já tão longa e rica caminhada, necessitariam hoje de maior reflexão e encaminhamento para que a comunhão eclesial não sofra prejuízos. Seria necessário que a coordenação geral de cada encontro fosse mais assumida pelo Regional ou diocese que o acolhe. Igualmente, a coordenação dos encontros regionais e diocesanos de preparação deveriam ser

assumidos oficialmente pelas dioceses e Regionais com aprovação oficial dos respectivos bispos.

Na realidade, a coordenação da pastoral é um dos aspectos do ministério episcopal e deve ser exercido em profunda comunhão com o bispo e sob sua responsabilidade última.

87. Isso não visa em absoluto diminuir a participação ativa dos membros das comunidades, mas sim garantir a mais plena eclesialidade dos encontros. De fato, não raro, uma coordenação aparentemente mais espontânea pode colocar em risco aspectos importantes da eclesialidade que esses encontros devem guardar.

88. Pertence aos bispos zelar pela caminhada das igrejas a eles confiadas e garantir para os próprios cristãos a autenticidade das promoções feitas pela Igreja ou em nome da Igreja. Queremos assumir sempre mais nossa missão em espírito de serviço fraterno e sabemos poder contar com o espírito de fé de nossas comunidades.

### **As CEBs, alvo de interesse e de incompreensão**

89. Nestes últimos anos as CEBs começaram a atrair a atenção de vários setores da Igreja e da sociedade. Elas passaram, sobretudo, a ser alvo de pesquisa e estudo de teólogos e de noticiários dos veículos de comunicação social. Esse noticiário deixa transparecer claramente o interesse que certos grupos e instituições de fora da Igreja têm com relação às CEBs.

90. Tudo isso é um sinal da importância crescente das CEBs. Os estudos teológicos projetam luzes, ajudam a compreender essa nova realidade, mas não devem ser confundidos com a vida mesma das comunidades. E, por sua vez, a CEB tem dado uma contribuição significativa para a elaboração de linhas mais originais de nosso pensamento teológico e pastoral. A caminhada conjunta das CEBs e da reflexão teológica poderá significar uma revitalização constante da ação evangelizadora.

91. Outro significado bem diverso parece ter o interesse de instituições e grupos extra-eclesiais pelas CEBs. Aí, com frequência, o que se nota é a total desinformação, o desejo de manipulação, quando não a intenção de fazer das CEBs o alvo dos ataques mais gerais à Igreja.

92. Na realidade, o que está em discussão é a missão mesma da Igreja. O que é repudiado não são as CEBs em si mesmas, e sim todo o processo de evangelização voltado para a crítica profética das injustiças e empenhado na construção de uma sociedade mais fraterna. As CEBs, de maneira simples mas eficaz, conseguem praticar mais intensamente as exigências da doutrina social da Igreja. Elas tornam visível o compromisso com os pobres. Sua própria existência e atuação é uma denúncia da iniquidade social que rouba dos pobres sua voz e sua vez. Se as CEBs sofrem perseguição é por causa da Igreja, do Evangelho, e assim elas se constituem herdeiras da bem-aventurança.

93. A elas se aplicam as palavras do Senhor: "Não temais, pequenino rebanho, porque foi do agrado de vosso Pai dar-vos o Reino" (Lc 12,32). O Espírito de fortaleza será sua força na contradição, e os pastores estarão sempre ao seu lado amparando e confirmando a caminhada.

94. Ao concluir estas reflexões, desejamos agradecer a Deus pelo dom que as CEBs são para a vida da Igreja no Brasil, pela união existente entre nossos irmãos e seus pastores, e pela esperança de que este novo modo de ser Igreja vá se tornando sempre mais fermento de renovação em nossa sociedade.

Brasília, de 23 a 26 de novembro de 1982

**Nota:1**

**Puebla, n.96:** “As comunidades eclesiais de base que em 1968 eram apenas uma experiência incipiente amadureceram e multiplicaram-se sobretudo em alguns países. Em comunhão com os seus bispos e como o pedia Medellín, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento”.

**Nota:2**

**LG, n.1:** “O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

**Nota:3**

**LG, n.31:** “Denominam-se leigos todos os fiéis que não pertencem às ordens sagradas, nem são religiosos reconhecidos pela Igreja. São, pois, os fiéis batizados, incorporados a Cristo, membros do povo de Deus, participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, que tomam parte no cumprimento da missão de todo o povo cristão, na Igreja e no mundo.

O caráter secular caracteriza os leigos. Os membros das sagradas ordens, apesar de exercerem às vezes funções seculares ou de se ocuparem de coisas seculares, estão orientados para o ministério sagrado, em virtude de uma vocação especial. Os religiosos, por sua vida, testemunham de maneira clara e magnífica a transfiguração do mundo oferecido a Deus numa vida inspirada nas bem-aventuranças. A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do reino de Deus. Vivem, pois, no mundo, isto é, em todas as profissões e trabalhos, nas condições comuns da vida familiar e social, que constituem a trama da existência. São aí chamados por Deus, como leigos, a viver segundo o espírito do Evangelho, como fermento de santificação no seio do mundo, brilhando em sua própria vida pelo testemunho da fé, da esperança e do amor, de maneira a manifestar Cristo a todos os homens. Compete-lhes pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo e se desenvolvam em louvor do criador e do redentor”.

**AA, n.2:** “Na Igreja, há diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo outorgou aos apóstolos e seus sucessores o poder de ensinar, santificar e governar em seu nome. Os leigos, também participantes das funções sacerdotal, profética e real de Cristo, cumprem seu papel na missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo. Exercem um verdadeiro apostolado ao atuar em vista da evangelização e da santificação dos seres humanos ou quando se esforçam por imbuir do espírito do Evangelho as coisas temporais, contribuindo para seu pleno desenvolvimento. Sua ação dá assim testemunho inequívoco de Cristo e aproveita à salvação de todos. Sendo próprio dos leigos viver no meio do mundo e dos afazeres humanos, Deus os chama a exercer aí seu apostolado, no fervor do espírito cristão, como fermento do mundo”.

**Nota:4**

**GS, n.40:** “Tudo que até agora foi dito a respeito da dignidade humana, da comunidade existente entre os seres humanos e do sentido profundo de sua atividade constitui o fundamento da relação entre a Igreja e o mundo e a base de seu diálogo recíproco.

Depois de o Concílio ter falado sobre o mistério da Igreja, convém que a considere agora enquanto existe e atua no mundo, em convívio com ele.

A Igreja procede do amor do Pai eterno, foi fundada na história pelo Cristo Redentor e é sustentada na unidade pelo Espírito Santo. Sua finalidade é salutar e escatológica e só se realizará plenamente no século futuro. Contudo, está presente aqui na terra, é feita de mulheres e homens que são membros da sociedade terrena, chamados desde agora a formar, na história, a família dos filhos de Deus, que deve ir aumentando até a vinda do Senhor.

Família, cuja união vem dos bens celestiais de que todos participam, foi *constituída e organizada* por Cristo *nesse mundo, como uma sociedade, dotada dos meios adequados a toda sociedade visível*. A Igreja é assim, ao mesmo tempo, *um grupo histórico e uma comunidade espiritual* em caminho, com toda a humanidade, participando, com o mundo, da condição terrena e agindo como fermento ou como alma da sociedade humana, a ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus.

Só a fé percebe esta compenetração das sociedades terrena e celestial. O mistério da história humana, perturbada pelo pecado, permanecerá impenetrável até o fim dos séculos, quando se manifestará plenamente a glória dos filhos de Deus. A Igreja, fiel a seu próprio fim, comunica a todos a vida divina e ilumina com sua luz o mundo inteiro, contribuindo para restabelecer e elevar a dignidade humana e fortalecer os laços sociais, proporcionando uma significação nova e mais profunda a toda a atividade humana.

Através de cada um de seus membros e atuando em conjunto, a Igreja acredita poder contribuir para tornar mais humana a família dos humanos e sua história.

Além disso, a Igreja católica se alegra de poder assinalar a importância da contribuição que deram e ainda dão, no mesmo sentido, as outras igrejas cristãs e as diversas comunidades eclesiais.

Tem, além disso, a convicção de poder contar, sob inúmeros e variados aspectos, com o apoio e com a ajuda do mundo, das pessoas individualmente e da sociedade humana, com seus bens e com sua atividade, para abrir caminho ao Evangelho.

Para promover adequadamente esta colaboração, em que, reciprocamente, Igreja e mundo se ajudam, convém estabelecer aqui alguns princípios gerais”.

**Nota:5**

**At 2,42-47:** “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E a cada dia o Senhor acrescentava à comunidade outras pessoas que iam aceitando a salvação”.

**Nota:6**

**Medellín, 15.III.1:** “A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na comunidade de base, ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja, deve estar orientado à transformação dessas comunidades em ‘família de Deus’, começando por tornar-se presente nelas, como fermento por meio de um núcleo, mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade. A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento”.

**Nota:7**

**Puebla, n.640:** “Nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive”.

**Nota:8**

cf. **2Cor 11,28:** “E isso para não contar o resto: a minha preocupação cotidiana, a atenção que tenho por todas as igrejas”.

**Nota:9**

**EN, n.58:** “A diferença já é notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, cuja unidade prejudicam, podem muito bem denominar-se ‘comunidades de base’, mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sínodo, na medida em que elas:

- procurem o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes a explorar o seu imenso potencial humano;
- evitem a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hiper crítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração;
- permaneçam firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo - por demais real! - de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por conseqüência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais;
- mantenham uma comunhão sincera com os Pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o Magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou;
- jamais se considerem como o destinatário único ou como o único agente da evangelização - ou por outra, como o único depositário do Evangelho! -; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas;
- progridam cada dia na consciência do dever missionário e no zelo, na aplicação e irradiação neste aspecto;
- demonstrem-se em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental: de ouvintes do Evangelho que lhes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, elas próprias se tornarão sem demora anunciadoras do Evangelho”.

**Nota:10**

**Pronunciamentos do Papa, 929-2930.**

**Nota:11**

**Puebla, n.641:** “A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre da Eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. ‘Quando merecem o seu título de eclesialidade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana”.

**Nota:12**

**EN, n.18:** “Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: ‘Eis que faço novas todas as coisas’. No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios”.

**Nota:13**

cf. **1Ts 1,5**: “De fato, o Evangelho que pregamos não foi apresentado somente com palavras, mas com poder, com o Espírito Santo e com plena convicção. Vocês sabem o que fizemos entre vocês, para o bem de vocês mesmos”.

**Nota:14**

**LG, n.26**: “O bispo possui a plenitude do sacramento da ordem. É chamado administrador da graça do sacerdócio supremo especialmente quando oferece ou cuida que seja oferecida a eucaristia, que alimenta e faz crescer continuamente a Igreja. São Igreja de Cristo todas as comunidades legítimas de fiéis, espalhadas por toda a parte, em torno de seus respectivos pastores. No Novo Testamento, merecem o nome de Igrejas. Lá onde estão, são, em plenitude, o novo povo chamado por Deus, no Espírito Santo (cf. 1Ts 1, 5). Os fiéis se reúnem em igrejas pela pregação do Evangelho de Cristo e celebram o mistério da ceia do Senhor de maneira que a fraternidade de todos se concretize pela comida e pela bebida do corpo do Senhor. No altar de cada comunidade, reunida pelo santo ministério do bispo, oferece-se o símbolo da caridade e da unidade do corpo místico, sem as quais não pode haver salvação. Tendo consigo a Igreja una, santa, católica e apostólica, Cristo está presente em todas essas comunidades, por pequenas e pobres que sejam, mesmo quando vivem no isolamento, pois a participação no corpo e no sangue de Cristo nos transforma naquilo que tomamos”.

**Nota:15**

**Puebla, n.643**: “As comunidades eclesiais de base são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo”.

**Nota:16**

**EN, n.58**: “Em outras regiões, ao contrário, agrupam-se comunidades de base com um espírito de crítica acerba em relação à Igreja, que elas estigmatizam muito facilmente como ‘institucional’ e à qual elas se contrapõem como comunidades carismáticas, libertas de estruturas e inspiradas somente no Evangelho. Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da Igreja, como a sua hierarquia e os seus sinais. Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos”.

**Nota:17**

**EN, n.58**: “A diferença já é notável: as comunidades que pelo seu espírito de contestação se separam da Igreja, cuja unidade prejudicam, podem muito bem denominar-se ‘comunidades de base’, mas em tais casos há nesta terminologia uma designação puramente sociológica. Elas não poderiam, sem se dar um abuso de linguagem, intitular-se comunidades eclesiais de base, mesmo que elas, sendo hostis à hierarquia, porventura tivessem a pretensão de perseverar na unidade da Igreja. Essa designação pertence às outras, ou seja, àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja.

Estas últimas comunidades, sim, serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal, como nós tivemos ocasião de dizer ao terminar o Sínodo, na medida em que elas:

- procurem o seu alimento na Palavra de Deus e não se deixem enredar pela polarização política ou pelas ideologias que estejam na moda, prestes a explorar o seu imenso potencial humano;
- evitem a tentação sempre ameaçadora da contestação sistemática e do espírito hipercrítico, sob pretexto de autenticidade e de espírito de colaboração;
- permaneçam firmemente ligadas à Igreja local em que se inserem, e à Igreja universal, evitando assim o perigo - por demais real! - de se isolarem em si mesmas, e depois de se crerem a única autêntica Igreja de Cristo e, por consequência, perigo de anatematizarem as outras comunidades eclesiais;
- mantenham uma comunhão sincera com os Pastores que o Senhor dá à sua Igreja, e também com o Magistério que o Espírito de Cristo lhes confiou;
- jamais se considerem como o destinatário único ou como o único agente da evangelização - ou por outra, como o único depositário do Evangelho! -; mas, conscientes de que a Igreja é muito mais vasta e diversificada, aceitem que esta Igreja se encarna de outras maneiras, que não só através delas;
- progridam cada dia na consciência do dever missionário e no zelo, na aplicação e irradiação neste aspecto;
- demonstrem-se em tudo universalistas e nunca sectárias.

Com estas condições, exigentes sem dúvida alguma, mas exaltantes, as comunidades eclesiais de base corresponderão à sua vocação mais fundamental: de ouvintes do Evangelho que lhes é anunciado e de destinatárias privilegiadas da evangelização, elas próprias se tornarão sem demora anunciadoras do Evangelho”.

**Nota:18**

**Puebla, n.648**: “Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o Espírito de Medellín (197) e os critérios da ‘Evangelii Nuntiandi’, 58; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como possam as pequenas comunidades que se multiplicam sobretudo na periferia e na zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso Continente”.

**Nota:19**

**Puebla, n.642**: “Os cristãos unidos em comunidade eclesial de base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, “a civilização do amor”.

**Nota:20**

**Puebla, n.273**: “Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por constituir para o Continente um exemplo de modelo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade, e, sobretudo, onde inequivocadamente se manifeste que, sem uma radical comunhão com Deus em Jesus Cristo,

qualquer outra forma de comunhão puramente humana acaba se tornando incapaz de sustentar-se e termina fatalmente voltando-se contra o próprio homem”.

**Nota:21**

**Medellín**, 15, III, 1: “A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na comunidade de base, ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros. Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja, deve estar orientado à transformação dessas comunidades em família de Deus, começando por tornar-se presente nelas, como fermento por meio de um núcleo, mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade. A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento”.

**Nota:22**

**Sínodo ‘Justiça no Mundo’**, n.6; **EN 30 e 31**: “30. São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos Bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado ‘Terceiro Mundo’, com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os Bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização.

**31.** Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar ‘que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade’.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa”.

**Nota:23**

**EN, n.30**: “São conhecidos os termos em que falaram de tudo isto, no recente Sínodo, numerosos bispos de todas as partes da terra, sobretudo os do chamado ‘Terceiro Mundo’, com uma acentuação pastoral em que repercutia a voz de milhões de filhos da Igreja que formam esses povos. Povos comprometidos, como bem sabemos, com toda a sua energia no esforço e na luta por superar tudo aquilo que os condena a ficarem à margem da vida: carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neo-colonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como o velho colonialismo político. A Igreja, repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização”.

**Nota:24**

**EN, n.31**: “Entre evangelização e promoção humana - desenvolvimento, libertação - existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem? Nós próprios tivemos o cuidado de salientar isto mesmo, ao recordar que é impossível aceitar ‘que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar os problemas extremamente graves, agitados sobremaneira hoje em dia, pelo que se refere à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade’.

Pois bem: aquelas mesmas vozes que, com zelo, inteligência e coragem, ventilaram este tema candente, no decorrer do referido Sínodo, com grande alegria nossa forneceram os princípios iluminadores para bem se captar o alcance e o sentido profundo da libertação, conforme ela foi anunciada e realizada por Jesus de Nazaré e conforme a Igreja a apregoa”.

**Nota:25**

**AO, n.48**: “No campo social, a Igreja sempre teve a preocupação de se assumir um duplo papel: o de iluminar os espíritos, para os ajudar a descobrir a verdade e a discernir o caminho a seguir no meio das diversas doutrinas que os solicitam; e o de entrar na ação e difundir, com uma real solicitude de serviço e de eficácia, as energias do Evangelho. Não foi porventura para ser fiel a este seu desiderato que a Igreja enviou em missão apostólica, para o meio dos trabalhadores, sacerdotes, que, compartilhando integralmente a condição operária, aí são testemunhas da sua solicitude, da sua diligência e da sua atitude de procura?

É a todos os cristãos que Nós dirigimos de novo ainda e de uma maneira insistente, um apelo à ação. Na Nossa Encíclica Populorum Progressio (sobre o Desenvolvimento dos Povos), insistíamos já, para que todos pusessem mãos à obra: os leigos devem assumir como sua tarefa própria a renovação da ordem temporal; se o papel da Hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que hão de ser seguidos neste domínio, pertence aos leigos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida. Seria bom que cada um procurasse examinar-se, para ver o que é que já fez até agora e aquilo que deveria fazer. Não basta recordar os princípios, afirmar as intenções, fazer notar as injustiças gritantes e proferir denúncias proféticas; estas ficarão sem efeito real, se elas não forem acompanhadas, para cada um em particular, de uma tomada de consciência mais viva da sua própria responsabilidade e de uma ação efetiva. É por demais fácil atirar sobre os outros a responsabilidade das injustiças sem se dar conta ao mesmo tempo de como se tem parte nela, e de como a conversão pessoal é algo necessário, antes de tudo o mais. Esta humildade fundamental servirá para tirar à ação todo o caráter de intolerância e todo o sectarismo; além disso, ela evitará também o descoroçoamento em face de uma tarefa que pode aparecer como desmesurada. A esperança do cristão provém-lhe, antes de mais, do fato de ele saber que o Senhor está a operar conosco no mundo, e que Ele continua no seu Corpo que é a Igreja e, por esta, na humanidade inteira a Redenção realizada sobre a Cruz e que resplandeceu em vitória na manhã da Ressurreição. Tal esperança provém-lhe igualmente do fato dele saber que outros homens estão também a operar no sentido de se empreenderem ações convergentes de justiça e de paz; existe, de fato, por detrás de uma aparência de indiferença, no coração de cada homem, uma vontade de vida fraterna e uma sede de justiça e de paz, que importa simplesmente despertar”.

**Nota:26**

**Reflexão cristã sobre a conjuntura política** – Conselho Permanente 1981, n.2: “A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo a conduz a se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do país, na medida mesma em que esses problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética. Esta dimensão avulta no presente momento e na atual etapa do processo de abertura política”.

**Nota:27**

**Reflexão cristã sobre a conjuntura política** – Conselho Permanente 1981, n.6: “A Igreja não é intérprete de aspirações partidárias nem mediadora de facções políticas. Isto não significa porém que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretensão apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja”.

**Nota:28**

**EN, n.32:** “Não devemos esconder, entretanto, que numerosos cristãos, generosos e sensíveis perante os problemas dramáticos que se apresentam quanto a este ponto da libertação, ao quererem atuar o empenho da Igreja no esforço de libertação, têm freqüentemente a tentação de reduzir a sua missão às dimensões de um projeto simplesmente temporal; os seus objetivos a uma visão antropocêntrica; a salvação, de que ela é mensageira e sacramento, a um bem-estar material; a sua atividade - esquecendo todas as preocupações espirituais e religiosas - a iniciativas de ordem política ou social. No entanto, se fosse assim, a Igreja perderia o seu significado próprio. A sua mensagem de libertação já não teria originalidade alguma e ficaria prestes a ser monopolizada e manipulada por sistemas ideológicos e por partidos políticos. Ela já não teria autoridade para anunciar a libertação, como sendo da parte de Deus. Foi por tudo isso que nós quisemos acentuar bem na mesma alocação, quando da abertura da terceira Assembléia Geral do Sínodo, ‘a necessidade de ser reafirmada claramente a finalidade especificamente religiosa da evangelização. Esta última perderia a sua razão de ser se se apartasse do eixo religioso que a rege: o reino de Deus, antes de toda e qualquer outra coisa, no seu sentido plenamente teológico”.

**Nota:29**

**EN, n.38:** “Dito isto, nós nos alegamos de que a Igreja tome uma consciência cada dia mais viva do modo próprio, genuinamente evangélico, que ela tem para colaborar na libertação dos homens. E o que faz ela, então? Ela procura suscitar cada vez mais nos ânimos de numerosos cristãos a generosidade para se dedicarem à libertação dos outros. Ela dá a estes cristãos ‘libertadores’ uma inspiração de fé e uma motivação de amor fraterno, uma doutrina social a que o verdadeiro cristão não pode deixar de estar atento, mas que deve; tomar como base da própria prudência e da própria experiência, a fim de a traduzir concretamente em categorias de ação, de participação e de compromisso. Tudo isso, sem se confundir com atitudes táticas nem com o serviço de um sistema político, deve caracterizar a coragem do cristão comprometido. A Igreja esforça-se por inserir sempre a luta cristã em favor da libertação do desígnio global da salvação, que ela própria anuncia.

O que acabamos de recordar aqui emerge por mais de uma vez dos debates do Sínodo. Nós próprio, aliás, também quisemos dedicar a este mesmo tema algumas palavras de esclarecimento na alocação que dirigimos aos Padres sinodais no final da Assembléia. Todas estas considerações deveriam contribuir, ao menos é de esperar que assim suceda, para evitar a ambigüidade de que se reveste freqüentemente a palavra ‘libertação’, nas ideologias, nos sistemas ou nos grupos políticos. A libertação que a evangelização proclama e prepara é aquela mesma que o próprio Jesus Cristo anunciou e proporcionou aos homens pelo seu sacrifício”.

**Nota:30**

**Puebla, n.648:** “Como pastores, queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o Espírito de Medellín (197) e os critérios da Evangelii Nuntiandi, 58; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas. Em especial, é preciso procurar como possam as pequenas comunidades que se multiplicam sobretudo na periferia e na zonas rurais, adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso Continente”.